



ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto:

1.1. CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO / CADASTRO DE RESERVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ACOMPANHANTE DE PESSOA IDOSA.

1.2. O Edital e demais documentos, comunicados e esclarecimentos referentes a este Credenciamento deverão ser publicados no Portal da Transparência do Município de São Vicente do Sul/RS <http://saovicentadosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/credenciamento/>, competindo aos interessados acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento e manterem-se atualizados sobre as informações e esclarecimentos porventura divulgados.

1.3. Os serviços indicados abaixo, referem-se ao quantitativo estimado para um período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, conforme a necessidade das pessoas idosas, por isso, o Credenciado receberá o pagamento apenas pelas horas efetivamente realizadas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Qtde.	Unid ade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa junto ao Hospital do Município de São Vicente do Sul e Hospitais e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul – período turno diurno	1.000	hora	11,65	11.650,00
2	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa junto ao Hospital do Município de São Vicente do Sul e Hospitais e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul – período turno: noturno	1.000	hora	12,79	12.790,00
3	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa em consultas e exames no Município de São Vicente do Sul e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul	500	hora	14,09	7.045,00

1.4. No caso de existir mais de uma empresa credenciada, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, fará o rateio dos quantitativos de serviços aos respectivos credenciados, sendo a divisão da cota de serviços o mais semelhante possível entre os credenciados, conforme inciso I art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O processamento para a contratação demandada, será através do procedimento auxiliar das licitações, na modalidade credenciamento conforme Art. 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e será composto pelas seguintes fases:

- I. Divulgação do chamamento público;
- II. Análise da habilitação;
- III. Divulgação das empresas credenciadas;
- IV. Homologação de cada credenciamento pelo Prefeito Municipal;
- V. Contratação.

1.6. A Comissão de Licitação procederá a análise da documentação e propostas em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento dos mesmos, podendo solicitar esclarecimentos, retificações e complementação da documentação ao interessado.

1.7. Da sessão de recebimento e abertura/análise da documentação e propostas, será lavrada ata pela Comissão de Licitação.

1.8. O resultado será publicado no Diário Oficial do Município, passando a vigorar o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas desta contratação serão os seguintes:

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto Atividade: 2124 - Manutenção das Ativ da Secretaria de Desenv Social, Cidadania e Habitação

Despesa: 3390.39.00.00.00.00 outros serviços de terceiros

Recurso: 001 Livre

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação somente poderá ser efetivada durante o período de vigência do Chamamento Público.

3.2. O Edital de Chamamento Público deverá ficar aberto ao credenciamento de interessados pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado à critério da Administração.

- I. A empresa habilitada será convocada para assinatura de contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis.



contados da data da convocação, sob pena de descredenciamento, além das penalidades previstas no presente termo.

II. O prazo de vigência do contrato de credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do Município de São Vicente do Sul e com anuência da Credenciada, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses (art. 105 e 106, da Lei nº 14.133/21).

3.3. Da participação no Chamamento Público/Credenciamento:

I. Durante a vigência do Credenciamento, qualquer pessoa jurídica legalmente constituída, que atenda a todas as exigências deste termo, especialmente quanto à documentação, e cujo ramo de atividade seja compatível e pertinente com o objeto deste Credenciamento, poderá solicitar sua adesão.

II. Além dos documentos Modelo Declarações Anexo II e III deste termo, a empresa interessada deverá apresentar os seguintes documentos para sua habilitação:

i. Habilitação Jurídica

a) No caso de empresário individual a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) Se Microempreendedor Individual, a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI substituirá o CNPJ e a inscrição na Junta Comercial.

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples, a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) No caso de cooperativa, a ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o decreto de autorização;

i) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

ii. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

i) Mesmo que o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta, apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

iii. Qualificação Econômico-Financeira



I. Apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

II Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante;

iv. Qualificação Técnica

I. Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, comprovando boa qualidade dos serviços prestados, através de declaração/carta de recomendação emitida por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ou cópia de um dos seguintes documentos:

- ✓ Carteira de trabalho;
- ✓ Contrato de trabalho;
- ✓ Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) ou outro documento idôneo.

II. Apresentação de certificado de cursos livres, treinamentos, aperfeiçoamentos e assemelhados, especialmente aqueles atinentes ao objeto deste termo, acompanhado dos respectivos diplomas e/ou declarações comprobatórias;

III. Para comprovação da qualificação técnica o interessado deverá apresentar pelo menos 01 (uma) das comprovações indicadas acima.

III. Os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação, em envelope lacrado contendo a seguinte inscrição externamente:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

Empresa: _____ CNPJ nº _____

Ao Município de São Vicente do Sul/RS - Setor de Licitações

Rua General João Antônio nº 1305, Bairro Centro,

São Vicente do Sul - RS, CEP: 97420-000

IV. A ordem de chamamento/convocação se dará da seguinte forma:

i. Os credenciados serão convocados para atender à demanda, pela **ordem de credenciamento/habilitação**, ou seja, os interessados farão a entrega do envelope para credenciamento, e junto a este deverá vir anexado o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO**, conforme Modelo Anexo I deste Termo, onde o responsável pelo recebimento do mesmo, irá numerar sequencialmente, e esta empresa tendo sido credenciada/habitada, fará parte do futuros contratados, e assim sucessivamente, até formar a relação de todos os credenciados em ordem numérica, aptos para prestar os serviços.

ii. O setor responsável pelo recebimento dos envelopes para cadastramento será a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, sito à Rua General João Antônio nº 1331, Bairro Centro, nesta cidade, que fará a devida numeração dos mesmos, e providenciará a entrega no setor de licitações, para então a Comissão de Licitação nomeada através do decreto municipal nº 77/2024, reunir-se para efetuar a análise dos documentos de habilitação para o devido credenciamento.

iii. A (s) vaga (s) disponível (eis) será (ão) preenchida (s) mediante cronograma a ser realizado pela secretaria demandante, e os credenciados serão convocados, pela ordem de pré-estabelecida acima.

iv. Os convocados terão o prazo de 01 (uma) hora, a partir do recebimento do aviso, para se apresentarem ao local indicado pela Secretaria solicitante, dado o critério de urgência e logística que a prestação do serviço exige.

v. Será considerado o escalonamento dos cuidadores, quando a situação assim exigir e conforme o critério de urgência/emergência da situação.

vi. A partir do 2º (segundo) credenciado, será considerado cadastro reserva e serão convocados em caso do 1º (primeiro) credenciado já estar prestando serviço ao município, ou estar impossibilitado de assumir o serviço no momento ou não se apresentar dentro do prazo estipulado.

vii. Portanto, havendo necessidade, serão chamados para compor a escala os próximos credenciados, respeitando a ordem cronológica de credenciamento.

V. Dos Impedimentos: Estará impedida de participar de qualquer fase do processo, a pessoa jurídica que se enquadrar em uma ou mais das situações a seguir:

i. Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de São Vicente do Sul/RS, nos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;



- ii. Que se enquadre nas vedações previstas no art. 9º, § 1º e art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- iii. Que esteja impedida de participar de licitação e/ou de contratar com a Administração Pública com base em qualquer outra hipótese legal.

VI. A participação no Credenciamento implica tacitamente que o proponente:

- i. Aceite todos os termos, cláusulas e condições constantes deste termo;
- ii. Responsabilizar-se pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;
- iii. Examine criteriosamente o Edital e seus anexos, que compare entre si, bem como obtenha do Município de São Vicente do Sul, as informações necessárias e suficientes à sua participação;
- iv. Ficar ciente de todos os detalhes e conhecer todas as especificações e condições de execução do objeto deste termo;
- v. Ter conhecimento da legislação, dos regulamentos e das normas, administrativas e técnicas, aplicáveis à consecução do processo de credenciamento e à execução do contrato ou instrumento equivalente, em especial quanto à realização do objeto;
- vi. Assumir todos os custos de elaboração e apresentação dos documentos exigidos no Credenciamento e que, portanto, o Município de São Vicente do Sul, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo;
- vii. Assumir integral responsabilidade pelo perfeito e completo cumprimento do que está previsto no presente termo, em todas as suas fases.

3.6. Dos prazos e condições de execução dos serviços:

I. O Contratado será chamado conforme a necessidade da Administração, após a homologação e assinatura Contrato e emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos neste termo.

i. O serviço deverá ser executado após o recebimento pela contratada de ordem por escrito para tal, emitida pelo Assistente Social, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação.

II. A prestação dos serviços deverá ser diretamente nos locais e horários definidos na ordem de fornecimento.

III. A contratada deverá cumprir com sua carga horaria, inclusive sábados, domingos e feriados.

IV. As Notas de Empenho de Despesa poderão ser entregues diretamente ao Contratado ou encaminhadas para o e-mail informado na proposta.

V. A Contratada deverá manter um telefone ativo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, para atender as solicitações.

VI. O Cálculo para pagamento dos serviços será por horas trabalhadas, não excedendo 12 (doze) horas diárias.

VII. Os serviços serão distribuídos rotineiramente em turnos de 12 (doze) horas ininterruptas, para os acompanhantes junto ao Hospital, sendo os turnos padrão nos horários de 07:00h as 19:00h e 19:00h as 07:00h e para os acompanhantes em consultas e exames, turno/horário a definir conforme a distância do laboratório, consultório...

VIII. A elaboração/turnos em períodos de 12 (doze) horas, é meramente para fins de organização, podendo haver alterações, conforme a necessidade de cada requisição/ordem de fornecimento.

IX. A entrega definitiva dos serviços será efetivada, logo após a devida conferência pelo fiscal designado para tal, desde que em conformidade com a descrição e condições exigidas no presente termo.

3.7. São obrigações do Credenciado/Contratado:

- I.** Ser assíduo com horários contratados;
- II.** Não deixar a pessoa idosa nenhum momento sozinho, terá que acompanhá-lo enquanto estiver sobre a sua responsabilidade.
- III.** Responsabilizar-se pelas despesas de locomoção dentro do nosso Município, ou seja, quando convocado para prestar serviço no hospital municipal.
- IV.** Zelar pelo bem-estar da pessoa idosa sob sua responsabilidade.
- V.** Realizar a tarefa de monitorar, cuidar e acompanhar a pessoa idosa nas instituições hospitalares e/ou durante a realização e exames e consultas.
- VI.** Zelar e acompanhar a pessoa idosa durante as atividades livres nas intermediações da instituição, inclusive em viagens promovidas pelo Município;
- VII.** Auxiliar na mobilidade da pessoa idosa com necessidade especial, seja para, mudanças de posição para maior conforto/acamada, na higiene pessoal, ir ao banheiro, estimar e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares, ler e escrever, enfim, executar outras tarefas pertinentes que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de acompanhante/cuidador.



VIII. Comunicar ao supervisor/coordenador/diretor responsável os fatos e acontecimentos relevantes do dia e, se necessário, juntamente com a direção, informar aos responsáveis legais e/ou autoridades competentes;

3.8. São obrigações da Contratante:

- I.** Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento.
- II.** Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato.
- III.** Responsabilizar-se pelas despesas de locomoção para fora do Município de São Vicente do Sul/RS, ou seja, quando a pessoa idosa estiver internada em hospital e/ou para realizar exames/consultas fora de nosso município.
- IV.** Durante o turno da prestação de serviço, a alimentação será por conta da instituição hospitalar.
- V.** Determinar as providências necessárias quando a execução do serviço não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
- VI.** Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.
- VII.** Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do contrato.

3.9. Das Sanções Administrativas:

- I.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - i.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - ii.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii.** Dar causa à inexecução total do contrato;
 - iv.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no inciso I deste termo, as seguintes sanções:
 - i.** Advertência;
 - ii.** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - iii.** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - iv.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- III.** As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do inciso II do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “ii” do mesmo item.
- IV.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no inciso II do presente termo.
- V.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- VI.** A aplicação das sanções previstas no inciso II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- VII.** Na aplicação da sanção prevista no inciso II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- VIII.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do inciso II do presente termo, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii.** Pagamento da multa;
- iii.** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do inciso II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

3.10. Dos Casos Fortuitos ou de Força Maior:

I. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do Contrato oriundo deste processo licitatório, ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do veículo no local onde estiver sendo executado o objeto Licitado:

- i.** Greve geral;
- ii.** Calamidade pública;
- iii.** Interrupção dos meios de transporte;
- iv.** Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e
- v.** Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

II. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela empresa licitante.

III. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

IV. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

3.11. Da Extinção Contratual:

I. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à Contratada:

- i.** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- ii.** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- iii.** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

São Vicente do Sul 16 de janeiro de 2025

Rosmari Mossi Bissaco
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação



ANEXO I

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

Nº ____ (preenchimento pelo responsável pelo recebimento do envelope)

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº. 001/2025

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS

Através do presente, a empresa abaixo qualificada, requer a o Credenciamento para prestação de serviço de acompanhante de pessoa idosa, em caráter excepcional, emergencial e eventual, que estejam em situação de vulnerabilidade social no Município de São Vicente do Sul - RS, comprovados através de parecer social, para um período de 12 (doze) meses, nos termos do Credenciamento nº 001/2025.

Empresa:	CNPJ:	
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
E-mail:		Telefone(s):

Assinatura



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE PREÇOS

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº. 001/2025

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL/RS

A empresa _____, CNPJ nº _____, declara que concorda em fornecer serviços ao Município de São Vicente do Sul/RS, constantes no edital de Credenciamento nº 001/2025, pelos preços de referência e condições estipuladas no edital, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Unidade	Valor Unitário
1	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa junto ao Hospital do Município de São Vicente do Sul e Hospitais e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul – período turno diurno	hora	R\$ 11,65
2	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa junto ao Hospital do Município de São Vicente do Sul e Hospitais e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul – período turno: noturno	hora	R\$ 12,79
3	Prestação de Serviço de acompanhante de pessoa idosa em consultas e exames no Município de São Vicente do Sul e demais Municípios do Estado do Rio Grande do Sul	hora	R\$ 14,09

Por ser verdade, firmamos a presente.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura



ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES
IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO**

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº. 001/2025

A empresa _____, CNPJ nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de credenciamento, instaurado pela Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar como Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, que até presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura